

Sarney condena qualquer poder paralelo

PMDB e PFL já falam em acordo sobre regimento

Os líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Luiz Henrique e José Lourenço, já admitem chegar a um acordo visando a votação do regimento interno definitivo da Assembleia Constituinte, marcado para a próxima terça-feira.

Apesar de não avançarem sobre a polêmica quanto ao funcionamento ou não de Câmara e Senado, os dois deputados acreditam que reestabeleceram, na reunião de ontem à noite, o diálogo entre os dois partidos interrompido após o PFL se retirar do plenário, no último dia 25, impedindo a votação do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

O PMDB não admite rever a sua posição contrária ao funcionamento da Câmara e do Senado, durante os trabalhos da Constituinte. Por sua vez, o PFL não deseja discutir o assunto por entender que a atual Constituição determina que as duas Casas funcionem a partir do dia primeiro de março. "Esta questão não pode pegar nos entendimentos para a votação do Regimento Interno porque já está definida pela Constituição e só nos resta cumpri-la", manifestou-se José Lourenço.

PMDB e PFL terão que encontrar uma solução negociada para a votação do Artigo 82 do substitutivo, que prevê o funcionamento de Câmara e Senado apenas em "caráter extraordinário". Os líderes dos dois partidos voltarão a se encontrar amanhã, mas somente na segunda-feira deverão avançar nos entendimentos para a votação do Regimento Interno. Neste dia, o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, também deverá participar das discussões. Ontem, o PFL fez mais uma exigência para o acordo: a retirada do artigo que possibilita a apresentação de proposições populares na Constituinte.



Luiz Henrique e José Lourenço (dir) restabeleceram diálogo

José Lourenço diz ser ilegal

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), afirmou ontem estar totalmente convencido, "após conversar com juristas", da inutilidade da criação dos "projetos de decisão" previstos no regimento interno da Constituinte, razão pela qual não mais irá se opor à aprovação do parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo de Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), "da maneira como ele vier".

Lourenço disse ainda que a anunciada proposta do secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz (MS), de fixar o mandato de Sarney em 6 anos através de um projeto de decisão, "está na ilegalidade". Sua tese é de que não há como modificar a atual Constituição através de maioria absoluta, como ocorreria com o instrumento do projeto de decisão, uma vez que a atual Carta estabelece quórum de dois terços para emendas constitucionais.

"Se for aprovada alguma coisa através de projeto de decisão" — argumentou — "ninguém precisa

obedecer, porque é ilegal". Citou ainda a hipótese de o mandato de Sarney ser reduzido, por exemplo, para 3 anos, através de um projeto de decisão, para em seguida indagar: "E daí? E se o presidente disser que não sai do Palácio, como vão tirá-lo de lá? A pedradas?".

Lourenço não quis dizer com qual jurista conversou para passar a defender com tanta ênfase a tese da "ilegalidade" da figura regimental criada pelo substitutivo, relatando apenas que esse jurista lhe alertou de que estavam "gastando muito chumbo com algo que não vale nada". Sobre a proposta de Saulo Queiroz, disse que é uma "iniciativa pessoal" do parlamentar, que só passará a ter seu apoio se for submetida à bancada e esta a aprovar. Ele garantiu que nunca cerceou a liberdade de seus líderes de apresentarem projetos, mas se reserva o direito de não dar nenhum apoio pessoal. Adiantou, contudo, que por considerar ilegal a figura do projeto de decisão, acha que também o projeto de Saulo "está na ilegalidade".

Presidente prefere um Congresso trabalhando

O presidente José Sarney não concorda com a suspensão dos trabalhos do Congresso durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e espera que os líderes da Aliança Democrática cheguem a um acordo sobre o assunto. O presidente da República não pretende interferir na definição de critérios para a realização das sessões na Câmara e no Senado, aceitando a periodicidade que for acertada entre o PMDB e o PFL, desde que as duas Casas não entrem em recesso branco, como defende a bancada peemedebista na Câmara.

Foi o próprio presidente que manifestou essa posição ao líder governista na Câmara, deputado Carlos Santana, acrescentando que não apresentará nenhuma objeção se os dois partidos chegarem a um entendimento para o Congresso funcionar apenas extraordinariamente. O que ele não aceita é a paralisação total dos trabalhos

do Congresso, o que serviria para reforçar ainda mais os poderes da Assembleia Constituinte.

A questão constitui atualmente o maior obstáculo à votação do regimento interno da Constituinte, que deverá começar na terça-feira. A bancada do PMDB na Câmara já decidiu a favor da suspensão dos trabalhos na Casa, com o que não concordam os senadores, com receio de que a medida venha a facilitar a implantação futura do sistema unicameral. O presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou para segunda-feira reunião dos líderes partidários para adaptar o regimento da Casa a um funcionamento extraordinário durante a Constituinte, de modo a impedir o recesso pretendido pelo PMDB na Câmara. O PFL defende o funcionamento normal do Congresso e o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto, já se inscreveu para falar na sessão de segunda-feira.

Santana recebe poderes para exercer liderança

Memélia Moreira

O presidente Sarney orientou todos os seus assessores a darem cobertura e apoio total ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB-BA). A orientação atinge os gabinetes mais solicitados da Presidência da República, onde Santana tem, a partir de agora, trânsito livre e influência. Esta foi a fórmula encontrada por Sarney para responder ao boicote sofrido por Santana dentro do Congresso pela corrente que apoia o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

O boicote contra o líder do governo desagradou profundamente Sarney. Ele entende que esse comportamento tem como alvo principal o seu governo e, por essa razão, decidiu aumentar o poder de fogo de seu líder. Santana tem agora poderes para afastar o nome dentro da administração federal. Além disso, o líder do governo tomará assento nas reuniões do Conselho Político.

O nível do boicote contra Carlos Santana já chegou a irritar o presidente da República, principalmente quando atingiu situações qualificadas por Sarney de "mesquinhas", entre elas o fato do líder do governo não ter, sequer, uma sala própria dentro da Câmara dos Deputados. Sem contar a cassação de sua palavra quando a Constituinte se reúne para aprovar o Regimento Interno, votação que foi adiada para a próxima semana.

O presidente da República compreende sem problemas a efervescência inicial da Assembleia Cons-



Santana terá poderes até para demitir

tituinte e a cobrança intensa, principalmente do PMDB, junto ao presidente é vista como uma "inquietação natural", porque os novos parlamentares têm compromissos recentes com seu eleitorado e estão sendo pressionados pelos eleitores. Até aí, Sarney não se preocupa. O que tem desagradado o presidente é a tentativa de confronto entre o partido do governo e o governo. E, com relação ao confronto, o presidente da República desaprova radicalmente o "projeto de decisão", incluído no parágrafo VII do artigo 57 do Regimento Interno da Assembleia Constituinte.

Sarney abriu o jogo contra o "projeto de decisão" e ontem seu porta-voz, jornalista Frota Neto, informou que o presidente é "contra o projeto de decisão". Foi o anúncio formal e a senha dada por Sarney aos parlamentares peemedebistas que lhes são fiéis mas que pouco se manifestam contra as decisões da cúpula do partido. O presidente encerra assim a semana política, usando todos os argumentos para evitar o confronto.

O presidente José Sarney é contra qualquer iniciativa de apresentar projetos de decisão à Assembleia Nacional Constituinte, conforme informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Frota Neto. Ele explicou que o presidente da República é "contra qualquer medida que implique na criação de poderes paralelos, seja no Executivo, Legislativo ou Judiciário".

Por essa razão o presidente sequer chegou a tomar conhecimento da iniciativa do deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) de apresentar à Constituinte um projeto de decisão estabelecendo desde já a duração de seis anos para o seu mandato. Sarney — segundo o porta-voz do Planalto — considera que um projeto de decisão, ao dar poderes para que os constituintes alterem as regras em vigor, prejudica o processo de transição. "E o presidente já disse que esse processo é importante para construção consolidada do estado de direito. Fora do estado de direito é o caos", concluiu.

Informação assusta o líder na Câmara

Andrei Meireles

Ao final de uma reunião com um grupo de deputados do movimento pró-soberania da Constituinte, o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, levou um susto: a informação de que o porta-voz do Planalto, Frota Neto, teria atribuído ao presidente José Sarney uma clara oposição ao chamado projeto de decisão por considerá-lo "um poder paralelo". No ato, Luiz Henrique pediu à secretária que telefonasse para o ministro Marco Maciel, atrasando por alguns minutos uma concorrida entrevista à imprensa.

Mais tranquilo, retornou à sala onde concede entrevistas e comunicou: "O ministro Marco Maciel, com quem conversei agora, esclareceu que a opinião do presidente Sarney, transmitida por Frota Neto, é de que o projeto de decisão não deve ser usado para a definição do mandato presidencial. Nós concordamos com isto".

Episódios como este, que têm ocorrido cada vez com mais frequência desde a instalação da Constituinte, realçam a falta de entrosamento e articulação entre o Planalto e o PMDB. Os sobresaltos com atitudes e manifestações inesperadas têm atingido a ambos. A polêmica conversa, sábado passado, entre Sarney e Ulysses Guimarães teve como um de seus objetivos evitá-los. Os sustos, no entanto, prosseguem.

Durante os dois primeiros anos do governo Sarney, o relacionamento do presidente com o PMDB alternou momentos de tensão e descontração. Desde a primeira reunião da nova bancada do PMDB, quando o partido por ampla maioria definiu-se a favor da Constituinte exclusiva, esse relacionamento mudou de qualidade. A desconfiança recíproca tornou-se regra.

A designação de um líder do governo, os acordos firmados em torno das questões mais polêmicas e, em seguida, rompidos, e o verdadeiro jogo de adivinhação das intenções ocultas em cada lance do outro parceiro transformaram o relacionamento em algo mais adequado a adversários do que a aliados. Mas, de parte a parte, em público, as declarações de amor mútuo continuam uma constante, como se nada tivesse mudado. Nos bastidores, no entanto, a conversa é outra: Sarney está convencido de que o PMDB quer encurtar seu mandato, enquanto os peemedebistas estão irritados com as tentativas inspiradas pelo Planalto para dividir o partido.

O diálogo entre Ulysses e Sarney, com suas várias versões — a oficial, conversa de namorados; a de José Lourenço, uma ameaça ao PMDB; e a dos interlocutores de Ulysses, um apelo à unidade da Aliança Democrática —, não produziu até o momento os efeitos esperados: o restabelecimento da confiança entre os principais parceiros da Aliança Democrática.

Idéia de Saulo Queiroz é útil ao entendimento

A proposta do deputado Saulo Queiroz, presidente do PFL, de utilizar a prerrogativa do "projeto de decisão" para confirmar o mandato de seis anos para o presidente Sarney foi comemorada ontem no Palácio do Planalto como o "tiro de misericórdia" nas pretensões do PMDB de, através do regimento interno, dar à Assembleia Nacional Constituinte poderes de alterar a atual Constituição.

Junto com a declaração do próprio Sarney de que "é contra o projeto de decisão que crie poderes paralelos", o anúncio da decisão de Saulo Queiroz deverá facilitar o acordo, neste final de semana, em torno de uma proposta que restrinja a soberania da Constituinte aos limites dos seus trabalhos, sem ameaçar a Carta em vigor.

No início da manhã de ontem, antes de embarcar para Sergipe, o presidente Sarney, através do porta-voz Frota Neto, se declarou contrário ao "projeto de decisão", com o argumento de que ele representaria a criação de um poder paralelo, numa ameaça ao estado de direito. O que parecia uma resposta frontal à proposta de Saulo Queiroz, de se utilizar do artifício para garantir seu mandato por um período de seis anos — até agora PFL e governo estão em perfeita sintonia com relação ao regimento interno da Constituinte —, foi esclarecido no final da tarde como um "cerco" às intenções do PMDB.

Depois de uma longa conversa com o ministro Marco Maciel, o secretário-geral do PFL esclareceu que não é a favor do projeto do relator Fernando Henrique Cardoso, mas se ele for aprovado "usará da prerrogativa para preservar o mandato presidencial".



Procurador vai propor extinção de 25 partidos

Os partidos sem registro definitivo na Justiça Eleitoral, mesmo com representantes na Assembleia Nacional Constituinte e nas Assembleias Legislativas, poderão ser declarados extintos pelo Tribunal Superior Eleitoral. Pelo menos é o que pede o procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda, no parecer emitido em mandato de segurança de um ex-dirigente do PDC contra a direção nacional provisória do partido.

No parecer, Sepúlveda Pertence entende que, terminado o processo eleitoral, extinguiu-se a personalidade restrita conferida temporariamente aos partidos em formação. A habilitação, concedida para essas agremiações participarem das eleições municipais de 1985, e a reabilitação, concedida posteriormente, para as eleições majoritárias e proporcionais, em 1986, foi temporária.

"Nestas condições estão o PCB, PC do B, PL, PSB, PSC e PMB, todos com representantes na Assembleia Nacional Constituinte, além de outros 19 «nanicos» que lançaram candidatos em 86, mas não elegeram nenhum constituinte.

Dos 12 partidos com representantes na Assembleia Constituinte apenas seis possuem registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral: PMDB, PFL, PDS, PTB, PDT e PT.

Extinção

Se o TSE aceitar o parecer do procurador-geral da República, os partidos sem registro definitivo e com representantes na Constituinte e nas Assembleias Legislativas serão considerados extintos. Os eleitos por estas legendas terão prazo de até 60 dias para nova opção partidária.

A medida atingiria 23 constituintes: sete do PL, seis do PDC, cinco do PC do B, três do PCB, um do PMB, e um do PSC. Do PSC há a deputada Dirce Maria «Tutu» Quadros, que ainda não formalizou na mesa da Constituinte o seu ingresso no PTB.

Tem-se como certo, porém, que os partidos «nanicos» farão nova tentativa no Congresso para preservar as respectivas legendas, até uma solução da Assembleia Nacional Constituinte. No final do ano passado o PL e o PC do B, principalmente, tentaram esta providência, mas esbarrraram na hostilidade do PMDB, do PFL e do PDS.

O procurador-geral Sepúlveda Pertence, entretanto, admitiu no seu parecer que a regularidade da composição dos partidos em formação só se tornará relevante «se e quando requerido o registro provisório». No início deste ano, o PL e o PSB solicitaram ao TSE o registro provisório.

Mas pelo art. 5º da Emenda constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, os eleitos pelos partidos em formação nas eleições de 1986 não serão obrigados a fazer nova opção partidária até o final dos respectivos mandatos. Salvo se o Congresso aprovar emenda suprimindo o dispositivo que criou a ressalva, para atender aos «nanicos».

Para Montoro, chega de criar falso problema

A Constituinte deve deixar de lado os falsos problemas e, com a maior rapidez, iniciar a elaboração da Constituição Brasileira; esta é a sua tarefa, pois foi para isso que a população brasileira elegeu os senadores e deputados federais. Até mesmo o debate de como deve ser a soberania da Constituinte não passa de uma "questão sibilina" e de uma discussão "do sexo dos anjos". Essa opinião é do governador Franco Montoro, que, ontem, pela manhã, no Palácio dos Bandeirantes, não conseguiu esconder sua preocupação com a demora no início do verdadeiro trabalho da Assembleia Nacional Constituinte.

Ao ser pedida a sua opinião sobre os trabalhos da Constituinte, emperrados devido às discussões em torno do regimento interno e da duração do mandato do presidente José Sarney, Montoro deu a impressão de estar "irritado", respondendo: "Acho que a Constituinte deve deixar de lado os falsos problemas e, com a maior rapidez, iniciar a elaboração da Constituição brasileira. Esta é a sua tarefa. É preciso afastar aqueles que querem as manchetes nos jornais e que procuram desviar a Constituinte para problemas de importância secundária. Há falsos problemas. O problema é um só: a elaboração da Constituição brasileira".

Montoro procurou ainda deixar claro que considera fundamental e importante o regimento interno da Constituinte. Mas ele defende a sua urgente aprovação e o início imediato dos trabalhos de elaboração da Constituição brasileira. Por outro lado, perguntada a sua opinião sobre a forma como deve ser a soberania da Assembleia Nacional Constituinte, Montoro respondeu: "Essa é uma dessas sibilinas. É discutir o sexo dos anjos, vamos elaborar a Constituição e deixar as discussões doutrinárias para quando houver um problema concreto". Finalmente, indagado sobre qual partido — se PMDB ou PFL — estaria criando maiores problemas, Montoro disse: "Não distinguo PFL e PMDB. Acho que a Constituinte deve, com urgência, iniciar a elaboração da Constituição brasileira e afastar os falsos problemas".